



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682183 - RJ (2021/0231442-9)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : RAFAEL MENDONCA CERQUEIRA LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : FILIPE BAPTISTA SANTOS CABRAL DE MELLO - RJ178722
ANDRÉ BARRETO DE AZAMBUJA - RJ211184
RAFAEL MENDONÇA CERQUEIRA LIMA - RJ217942
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DANIEL VIEIRA DE PAIVA (PRESO)
PACIENTE : JOSE RONNES LEITE MOURAO (PRESO)
CORRÉU : JULIO CESAR DA COSTA FIGUEIREDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL VIEIRA DE PAIVA e JOSÉ RONNES LEITE MOURÃO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Habeas Corpus nº 0016528-75.2021.8.19.0000).

Os paciente se encontram presos cautelarmente em virtude da suposta prática dos crimes de receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, falsificação de documento público, falsa identidade e furto qualificado tentado.

Neste writ, o impetrante sustenta que os pacientes sofrem constrangimento ilegal por parte da autoridade apontada como coatora, que determinou a custódia cautelar dos mesmos, aduzindo que não restaram demonstrados os requisitos ensejadores da prisão, nos termos do art. 312 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, conforme se verifica do seguinte trecho do acórdão impetrado:

“HABEAS CORPUS. CRIMES DE RECEPÇÃO, ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, FALSA IDENTIDADE E FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÕES ACERCA DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DA CUSTÓDIA CAUTELAR, DA ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE, DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, PREVISTAS NO ARTIGO 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E DA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. MERA REPETIÇÃO DE PEDIDOS DA

IMPETRAÇÃO ANTERIOR. NOVO ARGUMENTO. EXCESSO DE PRAZO. RELAXAMENTO DA SEGREGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Inicialmente, observa-se que as questões acerca da ausência dos requisitos legais da custódia cautelar, da ilegalidade da prisão em flagrante, da possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, e da concessão de prisão domiciliar já foram devidamente examinadas no julgamento do Habeas Corpus nº 0074993-14.2020.8.19.0000, de minha relatoria, realizado no dia 15/12/2020, tendo sido, por unanimidade de votos, denegada a ordem. Portanto, não se deve adentrar no mérito do presente Writ, tão somente quanto às citadas pretensões, tendo em vista que já foram decididas, sendo incabível a reapreciação nesta estreita via, pois esta Egrégia Câmara Criminal não é órgão revisor das suas próprias decisões. Por sua vez, quanto ao novo argumento, referente ao excesso de prazo da custódia cautelar dos pacientes, não assiste qualquer razão à Defesa. Verifica-se que a ação penal vem tramitando regularmente, sem qualquer período de inatividade jurisdicional que configure inércia ou desídia da mencionada autoridade. Cabe destacar que a avaliação do excesso de prazo não pode ser feita através de mero cálculo aritmético, devendo o julgador examinar as circunstâncias no caso concreto, sob o prisma do princípio da razoabilidade. In casu, verifica-se que o Parquet requereu o cumprimento de diligências pendentes, consideradas imprescindíveis para, após, apresentar suas alegações finais, tendo o Juízo a quo determinado que o cartório certificasse quanto ao cumprimento das buscas e apreensões deferidas. Além disso, conforme informado pela Defesa em memoriais, o Ministério Público em atuação na primeira instância manifestou-se insistindo na diligência pendente. Como se pode ver, a pequena demora para o julgamento do feito está justificada diante da necessidade de cumprimento de diligências imprescindíveis para apresentação das alegações finais ministeriais. Vale ressaltar que a própria situação da pandemia contribui para tornar o processamento do feito naturalmente mais lento. Contudo, não se pode atribuir ao Juízo apontado como coator a demora na conclusão do feito, pois vem tomando as providências cabíveis para o correto andamento do processo. Além disso, sabe-se que o excesso de prazo que configura o constrangimento ilegal deve ser imotivado e resultado da falta de diligência do magistrado, o que não ocorre no caso em tela. Ressalte-se ainda que mesmo que caracterizado o excesso de prazo, na presente hipótese, não autorizaria o relaxamento da prisão dos pacientes, com a expedição de alvará de soltura, mas apenas adoção de providências no sentido de que a autoridade impetrada conclua a instrução, sentenciando o feito. Portanto, constata-se que a autoridade apontada como coatora vem envidando esforços para a conclusão do feito, não havendo qualquer desídia ou retardo injustificado que configure o alegado excesso de prazo. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, em relação ao pleito de relaxamento da custódia, por excesso de prazo, e IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA, quanto aos demais pedidos defensivos.”

Por outro lado, como se verifica, a decisão hostilizada pelo writ não padece de qualquer ilegalidade e está devidamente fundamentada, tendo seu prolator especificado, de forma clara e precisa, as razões de seu convencimento. Por isso, não é passível de revisão nesta sede e deve ser atacada por intermédio do recurso ordinário, em cujo âmbito a questão pode ser examinada com amplitude. Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não restou demonstrada de plano a alegada evidente ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência